CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMBATE AO PATRIMONIALISMO NO PENSAMENTO DE RICARDO VÉLEZ RODRIGUEZ

Humberto Schubert Coelho

Professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFJF.

E-mail: humbertoschubert@yahoo.com.br

Resumo

Ricardo Vélez Rodriguez é o pensador que mais se dedicou à compreensão do patrimonialismo brasileiro. Este trabalho tentará apresentar as causas principais da postura combativa do autor para com as mazelas por ele diagnosticadas como consequências de uma mentalidade patrimonial, bem como parte de sua visão sobre a evolução histórica e propostas de superação deste legado cultural e político.

Palavras-chave: patrimonialismo, Brasil, espírito brasileiro, história.

1 Considerações iniciais

Por muitos anos os colóquios gêmeos Antero de Quental (no Brasil) e Tobias Barreto (em Portugal), reuniram um extrato exemplar dos trabalhos dedicados à compreensão do universo mental luso-brasileiro. Estes eventos muitas vezes sediaram debates de cunho prático, sobre as causas de nosso atraso científico e tecnológico, nosso relativo insulamento espiritual no concerto das comunidades, nossos tesouros culturais e maiores anseios.

O positivismo, o marxismo, a presença dos jesuítas e seu modelo educacional, a literatura e a poesia, a religiosidade, o liberalismo e o modelo patrimonialista de organização sociopolítica estão entre os temas mais frequentes.

Comentando a obra de Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*, Ricardo Vélez Rodriguez observaria que o autor gaúcho destacava consciente ou inconscientemente o contraste entre as ideias políticas coletivistas e tecnocráticas de sua época e a grandeza do espírito humano, só cultivável na senda muito própria do amadurecimento individual. A este respeito, Vélez Rodriguez escreve:

As questões atinentes à vida e à morte, os grandes dramas da existência humana escapavam à pletora de soluções salvíficas da propaganda republicana. [...] Ora, há coisas como a vida interior, o nosso pensamento, as nossas preocupações metafísicas, os nossos amores, que escapam ao poder dos governos, mesmo que sejam legítimos. O problema dos pregadores de soluções ideológicas consiste, justamente, em que absolutizam a dimensão do poder político, como se da alçada dele fossem todos os aspectos da vida humana. A soberania popular é limitada. Refere-se, exclusivamente, aos fundamentos do pacto político, que gira ao redor da defesa dos interesses materiais dos cidadãos. Nem mais nem menos (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2008, p. 254).

Esta algo impactante profissão de fé de Vélez Rodriguez em uma filosofia liberal, mais do que em uma doutrina política liberal, lembra-nos da

importância da esfera íntima, da vida espiritual dos indivíduos para o seu pensamento. A consideração de qualquer traço do pensamento do coautor do *Curso de Humanidades* exige destaque para uma perspectiva que é ética, epistemológica e metafisicamente individualista, isto é, ocidental, greco-cristã.

Esta adesão permite-nos compreender melhor a força da motivação por trás da campanha de Vélez Rodriguez contra o patrimonialismo praticado e a subjacente tendência patrimonial da mentalidade brasileira.

Max Weber definiu o patrimonialismo como uma das formas possíveis de dominação tradicional, ao lado do feudalismo (WEBER, 1922, p. 124). Embora precária se comparada à forma racional de dominação, fomentada pela consciência da necessidade de leis, a forma tradicional caracteriza-se ainda pela legitimidade e estabilidade. Vélez Rodriguez admite esta definição, e também a noção de que o patrimonialismo é um modelo doméstico cuja forma radicalizada se observa em estruturas patriarcais, isto é, totalmente centradas no chefe.

Ao lado da organização do poder político, segundo o modelo doméstico, é igualmente essencial ao patrimonialismo a estruturação do quadro administrativo, por intermédio do qual se exerce a dominação. Quando esse quadro recebe do soberano, ou conserva, com o consentimento dele, determinados poderes de mando e suas correspondentes vantagens econômicas, temos o que Weber chama de dominação estamental (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 13).

Na dominação estamental as oportunidades econômicas são direta e rigorosamente controladas pelas autoridades (WEBER, 1922, p. 132). Além de inibir a inovação industrial, comercial e cultural, a centralização econômica possui um poderoso efeito psicossocial sobre as classes desfavorecidas, um sentimento de dependência quase absoluta através do qual a população projeta sobre o líder uma figura paternal. A consequência social dessa síndrome paternalista é a exponenciação da centralização imagética do poder em um único indivíduo, do qual tudo depende e ao qual convém agradecer (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 15-16). Sem o grande líder, a imaginação coletiva espera tão somente o colapso econômico, social e moral; com ele a população se crerá agraciada com as mais cândidas promessas de um futuro feliz.

Caberia a Karl Wittfogel, marxista alemão, a tarefa de refinar o estudo histórico, econômico e sociológico da China. Trotsky o incumbira de um estudo semelhante sobre o czarismo, mas ele acabou dedicando-se pioneiramente ao que ele mesmo denominou “despotismo asiático” (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 18). Apesar de partir da análise marxista sobre o modo de produção asiático, Wittfogel provocou grande crise no seio da intelectualidade marxista ao sugerir que o “modelo asiático” produziria um Estado mais forte que a sociedade. Sua teoria aponta para a peculiaridade do contrato social e da ordem econômica das sociedades hidráulicas, isto é, baseadas na fixidez de territórios irrigados e grandes projetos de construção baseados na força humana. Tais sociedades passariam muito rapidamente de uma ordem social mais ou menos horizontal para o despotismo extremamente centralizador e instrumentalmente patrimonial. Mais grave ainda, Wittfogel identificou esta estrutura na Rússia czarista, não apenas porque sua formação histórica mesclava elementos turco-mongóis de despotismo tribal, mas também porque a herança bizantina e mesmo o cristianismo ortodoxo refletiam essencialmente os mesmos padrões políticos e organizacionais do despotismo asiático.

Historicamente, o feudalismo só começa a se desenvolver na Rússia com oito ou nove séculos de atraso, dada a ordem tribal de organização e quase total ausência de cidades até o final do século XIII. Richard Pipes observa que traços dessa mentalidade tribal são visíveis até mesmo na estratégia militar russa durante as guerras napoleônicas e a Segunda Guerra Mundial, que consistiu em sucessivos recuos com abandono das cidades e dispersão por territórios mais amplos e praticamente impossíveis de controlar. Esta estratégia fora usada exaustivamente ao longo de toda a história antiga e medieval dos povos ocupantes do território russo e centro-asiático, ao ponto de que cidades e fazendas eram culturalmente vistos como provisórios, quase descartáveis. Com isso, o apreço que as culturas europeias, particularmente da parte ocidental da Europa, desenvolveram pela propriedade privada, bem como todo o aparato legal e político que paulatinamente foi criado em torno da importância da demarcação precisa do espaço físico, culminando na própria noção de direitos individuais, só encontraria um símile na Rússia do século XVII, aproximadamente. A consequência dessa discrepância nos processos históricos de consolidação dos regimes sociais, políticos e econômicos se expressa no valor diametralmente distinto que europeus ocidentais e russos dão ao indivíduo, à liberdade e à propriedade privada (PIPES, 2001, p. 152-154; 195-210).

Contrariamente à opinião de Marx, portanto, para quem o “esquema” da história se repetiria de modo mais ou menos idêntico de acordo com categorias universais, o desenvolvimento factual das sociedades mostrou-se cada vez mais acorde com a noção weberiana de um desenvolvimento orgânico a partir das condições específicas de cada sociedade.

As consequências desse centralismo são muito amplas. Conforme Vélez Rodriguez:

O confisco de bens de funcionários públicos caídos em desgraça, bem como a apropriação cartorial das riquezas dos cidadãos abastados, são fatos corriqueiros nessas sociedades. Manifesta-se aqui a precariedade da legislação, no contexto patrimonial, derivada de uma interpretação casuística da lei e do direito. Assim, frisa Wittfogel, a propriedade nos contextos hidráulicos e essencialmente débil (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 29).

Pode-se concluir, portanto, que a primazia dos interesses do governante ou do Estado sobre qualquer noção de dignidade dos indivíduos, interesses imanentes da população ou leis caracteriza não somente um modelo ditatorial, redundando também em um ambiente de paranoia, perseguição e punições violentas e desproporcionais que caracteriza organizações criminosas e regimes de exceção. Embora se revista de características elementares da legitimidade e possua certo poder de perpetuação, o modo de organização patrimonial é profundamente vicioso.

A tese weberiana sobre o patrimonialismo foi adaptada ao contexto brasileiro através das contribuições de Raimundo Faoro,¹ Simon Schwartzman, Antônio Paim, Wanderley Guilherme dos Santos,² José Osvaldo de Meira Penna

¹ Coube a Raimundo Faoro a primeira elaboração arrojada de um patrimonialismo “de perfil brasileiro”, em sua obra icônica *Os donos do poder*.

² “Wanderley Guilherme dos Santos propôs a categoria *autoritarismo instrumental* como síntese expressiva do patrimonialismo brasileiro. Trata-se da ideia de que o Estado patrimonial brasileiro,

e do próprio Ricardo Vélez Rodriguez, a partir de abordagens sensivelmente distintas.

Schwartzman considerou cabível para o cenário brasileiro a leitura de uma função específica do patrimonialismo weberiano de, “no empenho exclusivo de garantir sua estabilidade, assumir traços racionalizadores, fundamentalmente de caráter tributário e monopolístico, mediante certa profissionalização do estamento burocrático” (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 44). Além de inevitável, porque a Modernidade é promotora de demandas muito específicas que os modelos sociais e políticos de outrora não podiam suprir, a forma modernizada e burocraticamente racionalizada do patrimonialismo acaba também parecendo mais palatável, quase passando-se por liberal, efetivamente democrática e capitalista aos olhos daqueles que, ainda essencialmente clientes do patrono, sentem-se já cidadãos de um Estado de direito.

Não obstante, Antônio Paim concluiria que esta trilha modernizadora seria a única alternativa de saída do patrimonialismo para um modelo efetivamente livre e democrático de organização sociopolítica, contrapondo-se à tendência tradicionalista a ela oposta, e de consequências retrógradas, entre as quais destaca a forma marxista-gramsciana de conservação do estamento monopolístico (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 48-51).

Paim também endossou a compreensão de que o cientificismo burocrático e tecnocrático, herdado das reformas pombalinas e muito estimulado pelo positivismo na virada do século XX, foi causador de uma versão nova e bastante do patrimonialismo ibérico para gerar a sensação de “entrada na Modernidade”, notadamente durante os governos de Getúlio Vargas. Esta aceleração da urbanidade, do crescimento econômico e até a relativa industrialização do país não se refletiram, contudo, em uma ruptura mais séria com o autoritarismo e a mentalidade monopolista típicos do patrimonialismo. No entender de Vélez Rodriguez, “não foram modificados os valores. O secular espírito de patota e o insolidarismo, que é seu corolário, estão presentes em todas as partes. No Brasil, o patotismo sufocou o patriotismo” (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 82).

Esta veia culturalista deixa entrever as influências das leituras de, por exemplo, Kant, Cousin, Madame de Staël e Tocqueville sobre nosso autor, o que já era também perceptível na abordagem de seu muito homenageado mestre Antônio Paim, ora mais tocado pelas influências de Nicolai Hartmann e Miguel Reale, ainda que sem o desprezo daqueles.³

Ambos os autores trabalham essa perspectiva ao lado de Leonardo Prota em seu *Curso de Humanidades* (PAIM; PROTA; VÉLEZ RODRIGUEZ, 1988), onde se destaca a importância capital de uma leitura crítica e bastante minuciosa da formação cultural luso-brasileira, bem como se afirma ser imperativa a superação do viés profissionalizante e especializante da educação brasileira em favor de uma formação culturalmente consciente dos fundamentos filosóficos, humanísticos e religiosos do Ocidente e das virtudes deles derivadas,

---

ao assumir feição modernizadora, pôde evoluir no sentido da construção das instituições modernas (liberais).” (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 46)

³ Antônio Paim foi muito perspicaz ao observar o papel superlativo das ideias filosóficas no processo de mutação e evolução da estrutura sociopolítica brasileira. Sua *História das ideias filosóficas no Brasil* já apresenta importantes insights sobre a especificidade das preocupações brasileiras na recepção e adaptação de correntes filosóficas estrangeiras, e obras posteriores trabalham mais exatamente a relação entre essas concepções filosóficas e elementos da mentalidade política, social e econômica dos brasileiros.

tais quais o pensamento crítico e independente, a logicidade, o amor à beleza e à verdade, que pairam acima das questões circunstanciais, por isso caracterizando-se como racionais.

Não menos atido a uma visão genética e tipológica dos vetores culturais e à necessidade de se os relacionar aos problemas brasileiros, o embaixador Meira Penna apresenta-nos uma antropologia genuinamente filosófica e cultural de amplas proporções, incluindo analogias com as noções de arquétipo de Mircea Eliade e C. G. Jung ao já amplo arcabouço da meditação sociopolítica de veia cultural, na esteira de Tocqueville e Weber.

Fortemente contrário aos primarismos do determinismo geográfico e de um determinismo produzido por “hierarquias culturais”, Meira Penna defende a criatividade, o poder infinito do engenho e da liberdade humanos e o poder do esforço como forças históricas discerníveis na história da civilização (MEIRA PENNA, 1999, p. 111-112). A paupérrima Grécia atingiu o estágio máximo de contribuição que um povo isolado poderia alcançar, e o progresso do norte europeu não se deu como consequência de mudanças sazonais, mas graças ao esforço insistente de domesticação daquele ambiente, que só se tornou urbanizável após a invenção da lareira com chaminé e dos avanços da tecelagem (STARK, 2014).

De uma forma muito tipicamente junguiana, Meira Penna vê a “alma brasileira” como um estado pobre, vicioso e primitivo de coisas, que não obstante pode experimentar rápida transformação rumo à civilidade (MEIRA PENNA, 1999), o que vem a ser precisamente a ordem dos fatos em todos os grandes surtos de progresso de todas as grandes civilizações. Dessarte, o patrimonialismo é também um fator cambiável, ou ao menos domesticável, sendo irracional e infrutífero o pessimismo. Cabe-nos, ao contrário, entender profunda e detalhadamente as condições sociohistóricas dadas e trabalhar infatigavelmente pelo advento do progresso das consciências, único caminho para o progresso social e material.

Em sintonia com estes autores Vélez Rodriguez lançou-se ao esmerado estudo das condições formadoras do espírito luso-brasileiro, não ignorando a contribuição determinante de nossos descobridores e colonizadores na configuração do patrimônio espiritual do povo brasileiro em seus primórdios.

O latifúndio colonial latino-americano surge como consequência da distribuição patrimonialista de terras entre os amigos e fiéis servidores do rei (essa distribuição deu lugar, no Brasil, ao regime de *sesmarias*, base *capitanias hereditárias*). Muito significativa é, sob esse ângulo, a carta de Pero Vaz de Caminha ao monarca português, que data de início do século XVI. A organização do latifúndio ao redor do *senhor de engenho*, essa seria a primeira experiência político-administrativa ocorrida no Novo Mundo. Depois viria a criação das cidades, com suas câmaras municipais que, se bem prolongaram nas nossas terras o liberalismo telúrico das municipalidades ibéricas, cedo foram submetidas ao *élan* privatizante dos senhores rurais, sendo posteriormente cooptadas pelo centralismo da Coroa, ao longo do período filipino, no século XVII (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 66).

O livro termina com algumas hipóteses propositivas de superação do patrimonialismo, destacando a enorme relevância do processo heteronormativos

da globalização cultural e econômica e o processo mais imanente de urbanização, o qual por sua vez também está ligado à aceleração internacional das trocas econômicas, a uma disponibilidade quase ubíqua de recursos e ao avanço tecnológico (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2006, p. 85-89). Esta tese, e o fato inegável de que houve esmorecimento de estruturas patrimonialistas por toda a América Latina, não parece sugerir, contudo, que uma mudança mais definitiva possa ter fatores externos como causa exclusiva, até porque esta mesma aceleração das trocas e relações internacionais pode e de fato propiciou a aproximação de regimes ainda mais centralizadores, patrimoniais ou francamente totalitários, notadamente na primeira década do século XXI.

Em sua *Análise do patrimonialismo através da literatura latino-americana*, Vélez Rodriguez apresenta a literatura como “antropologia das antropologias”, capaz de remontar às essências dos momentos de apogeu espiritual de um povo. No capítulo que trata de O Outono do Patriarca, de García Márquez, Vélez apresenta-nos a síntese do pensamento e dos anseios do governante patriarcal:

Na narrativa que dá continuação ao texto que acabamos de citar aparece clara a razão que leva o Ditador a oferecer à amada um espetáculo cósmico de índole apocalíptica: o déspota quer fazela intuir, por um instante, em numinoso êxtase, o abismo insondável da eternidade, a fim de ele se apresentar como o Ser, como o Incondicionado. O tirano quer ser Deus, Supremo, pecado de Hybris! Suprema mentira metafísica. Porque o Ditador é apenas uma substância corrompida e dissecada pelo fogo lento do poder. Quão longe está o Ditador do verdadeiro êxtase que, através da beleza da amada, abre-se, como na meditação de Leão de Hebreu nos seus *Diálogos de Amor*, à insondável imensidão da entrega total ao UM. Quão distante está a personagem central de o *Outono do Patriarca* da entrega cavalheiresca à amada, que constitui a síndrome romântica de Dom Quixote, entrega que Sancho compara à incondicionalidade do sim, sim, não, não da opção evangélica. (VÉLEZ RODRIGUEZ, 2008, p. 47)

Pode-se observar da parte de nosso autor um repúdio moral frente a postura materialista, imediatista e egoísta ou egocentrada do patriarca, e é por demais sugestivo que Vélez Rodriguez, que no Curso de Humanidades nos apresenta uma visão romântica, idealista e nobre do ser humano, aqui enfatize a grandeza de perspectiva do temperamento cristão e heroico – esses dois grandes modelos fundadores de toda a civilidade ocidental: o santo e o herói, algo sintetizados na figura do cavaleiro andante medieval, que Vélez Rodriguez entende por modelo comportamental do homem civilizado.

Ao final, percebemos que o intuito do autor não se limita a criticar e denunciar as armadilhas de um modelo sócio-político baseado na mentalidade patrimonialista. Ele deixa escapar, quase por acidente, um ideal moral e antropológico que motiva seu desgosto e embala sua esperança de um Brasil, uma cultura melhor. E esta esperança não toma a forma de um líder liberal ou uma autoridade que impõe uma ordem moral de cima para baixo, mas antes se concentra sobre a imagem de um indivíduo, como um Paulo de Tarso ou um Quixote, que ignorados e achincalhados pelo mundo, seguiram convictos, fiéis a

uma excêntrica meta interna, indiferentes ao modo áspero como o mundo reagiria aos seus ideais.

Bibliografia:

MEIRA PENNA, J. O. de. *Em Berço Esplêndido: Ensaio de psicologia coletiva brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PAIM, Antônio; PROTA, Leonardo; VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *Curso de Humanidades*. São Paulo: Instituto de Humanidades, 1988.

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Instituto de Humanidades, 2007.

PIPES, Richard. *Propriedade e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

STARK, Rodney. *How the West Won: The Neglected Story of the Triumph of Modernity*. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 2014.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *A análise do Patrimonialismo através da literatura latino-americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2006.

WEBER, Max. *Grundriss der Sozialökonomie. III Abteilung: Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: Mohr, 1922.

Abstract: Ricardo Vélez Rodriguez is the central figure in the historical and philosophical study of Brazilian patrimonialism. This paper intends to present the main causes of the author's aggressive posture against the evils he diagnosed as byproducts of a patrimonial mentality, as well as part of his vision about the historical evolution and perspectives of overcoming this cultural and political process.

Keywords: Patrimonialism, Brazil, Brazilian spirit, History.